

História da Filosofia

55 A Ética de Kant

Por Dr. Arthur Holmes do Wheaton College

Hoje, queremos abordar a ética de Kant. E permitam-me começar por lembrar que, ao final da crítica da razão prática, ao final de sua primeira crítica, ele destaca que, embora, em termos do que ele chama de crença doutrinal, ou seja, o que podemos conhecer metafisicamente, racionalmente, não possamos demonstrar a existência de Deus, talvez seja possível, com base na ética, afirmar racionalmente a existência de Deus.

Há, portanto, uma transição natural entre a primeira crítica, sobre a razão pura, e a segunda crítica, sobre a razão prática. Às vezes se diz que a primeira crítica trata da nossa faculdade de conhecer, a segunda da nossa faculdade de querer e a terceira, a crítica do juízo, da faculdade de sentir. Bem, talvez, mas, em todo caso, é na segunda crítica que se introduz a noção de vontade moral, e de responsabilidade moral, dever moral e assim por diante.

Agora, algumas considerações preliminares. Uma delas é este comentário: segundo qualquer interpretação, Kant é um realista moral. Ou seja, ele insiste que existem verdades morais objetivas sobre qualidades morais objetivas, que existem distinções morais objetivamente reais entre o certo e o errado, entre a virtude e o vício.

Ele é um realista moral, nesse sentido, um objetivista. E seu famoso imperativo categórico, que analisaremos, nos diz como podemos discernir entre o certo e o errado. Ora, seu realismo moral está, contudo, muito em consonância com as preocupações de outros no final do século XVIII.

Em certo sentido, o século XVIII pode ser descrito como uma era de crise moral, pois o período posterior à revolução científica, a revolução copernicana na física, representou, naturalmente, uma virada para uma ciência mecanicista. Sem teleologia. Portanto, sem a concepção do bem como um ideal abrangente, que tudo na natureza se esforça para imitar.

O resultado foi que, logo após a revolução científica e durante ela, houve uma busca por uma nova maneira de abordar questões éticas. E vimos em Bacon, e também em Descartes, uma espécie de versão inicial do utilitarismo em termos do que funciona. Houve um desenvolvimento sofisticado em Thomas Hobbes, que o século XVIII considerava um hedonista absoluto, um determinista completo, sem reconhecer um mínimo de benevolência ou compaixão humana.

Essa era a leitura de Hobbes no século XVIII. E quando estávamos falando sobre ele, acho que mencionei que não é bem assim que se apresenta. Há nuances de benevolência em sua preocupação e assim por diante.

O século XVIII também o chamou de ateu convicto. E isso claramente não é verdade. Mas, em todo caso, essa interpretação de Hobbes gerou muita preocupação entre os filósofos do século XVIII quanto à necessidade de se fornecer algum fundamento objetivo para a moral.

Uma preocupação com o realismo moral, entende? Um dos movimentos nessa direção foi o platonismo de Cambridge, como você deve se lembrar. Outro, poderíamos dizer, é a tentativa de John Locke de fundamentar a lei natural, a lei humana, na natureza racional dos seres humanos.

Estava lendo isso hoje de manhã. Descobri que Locke era muito próximo da filha de Ralph Cudworth, que era o principal platônico de Cambridge. Entende?

E a rejeição de Locke às ideias inatas pode muito bem ter sido, como mencionamos anteriormente, uma rejeição ao platonismo de Cambridge. Mas, ao mesmo tempo, ele compartilhava da preocupação deles com um fundamento objetivo da ética. A mesma preocupação era compartilhada por aqueles filósofos do senso moral.

Pessoas como Butler, Adam Smith, Shaftesbury e Hutcheson, que mencionamos mais de passagem do que qualquer outra coisa. E que Shaftesbury era filho de uma família onde Locke foi contratado como tutor. Portanto, ele foi o tutor do Shaftesbury que mais tarde desenvolveu a filosofia do senso moral.

Shaftesbury rejeitou a abordagem de Locke à ética e desejava algo muito mais definido. Assim, desenvolveu-se a noção de senso moral. Diz-se que David Hume foi muito influenciado pelos pensadores do senso moral.

De fato, existe uma interpretação, uma interpretação bastante recente que foi desenvolvida nos últimos dez anos, de que David Hume foi tão influenciado pelos filósofos do senso moral que também compartilhava da preocupação deles com o realismo ético. Ora, quando estávamos falando sobre ele, eu sugeri que ele era um subjetivista ético. Ou seja, dizer que algo é certo ou errado é simplesmente referir-se a como as pessoas se sentem a respeito disso.

Mas, de acordo com essa interpretação mais recente, esses sentimentos morais são simplesmente sinais pelos quais reconhecemos o que é objetivamente como as coisas são. A defesa dessa interpretação de Hume se baseia em algumas afirmações que ele parece fazer sobre a diferença entre virtude e vício, que soam como se ele estivesse falando sobre qualidades objetivas dos indivíduos, dos seres humanos. Assim, se virtude e vício são qualidades objetivas, então existe uma diferença

objetiva entre essas qualidades, e temos objetividade moral, pelo menos no que diz respeito ao status das qualidades morais.

Assim, essa questão do realismo moral era uma grande preocupação dos pensadores do século XVIII. Da mesma forma, Immanuel Kant, um realista moral convicto, tentou evitar algumas das possíveis implicações éticas daquela ciência mecanicista com seu determinismo causal, que, naturalmente, diminuiria a responsabilidade moral individual e suas implicações subjetivistas implícitas. É com isso em mente, então, que Kant escreve sobre ética.

Agora, sua abordagem à ética é notavelmente semelhante à sua abordagem à metafísica. Nela, ao examinar a faculdade do conhecimento, ele busca as estruturas a priori, as estruturas subjetivas que moldam a maneira como pensamos, compreendemos e percebemos as coisas. Na crítica da razão prática, ele busca novamente as estruturas mentais, as estruturas subjetivas ou os princípios que trazemos para o nosso pensamento moral.

E, novamente, a questão é se essas estruturas do nosso pensamento são puramente subjetivas, como era o caso das formas e categorias, ou se possuem algum correlato objetivo. Assim, quando se constata que a estrutura subjetiva envolve algum senso de dever, de respeito à lei moral, a questão passa a ser se existe alguma lei moral objetiva. Entende?

E embora ele conclua que as formas e categorias usadas na ciência e na metafísica são puramente subjetivas, verifica-se que as categorias usadas na ética são objetivas. Ou seja, existem correlatos objetivos. Existe algo como um dever moral objetivo, como uma diferença objetiva entre o certo e o errado, uma lei moral objetiva.

Portanto, nesse aspecto, ele é um realista moral. Agora, para entender como ele faz isso, é preciso reconhecer que ele está, mais uma vez, considerando a natureza sintética a priori dos juízos éticos. Assim, o juízo ético envolve a confluência de dois tipos de entrada.

Por um lado, temos a contribuição empírica e, por outro, um princípio a priori. Assim, quando dizemos que roubar é errado, obtemos uma descrição empírica de um ato conhecido como roubo. E obtemos o conceito de errado ou de ausência de correção como princípio a priori.

O que se obtém, então, é a introdução de um princípio a priori em nossa reflexão moral, em nossa consciência moral. Um princípio a priori que é aplicado a situações factuais. Aplicado a ...

Não está implícito, mas sim aplicado a situações factuais. E esse princípio a priori é, naturalmente, o imperativo categórico.

Agora, você tem uma seleção inicial sobre isso na antologia. O último pequeno texto de Kant na antologia. O último texto da antologia, ponto final.

E isso não se baseia na crítica da razão prática, mas sim nos seus fundamentos metafísicos da moral. Alguns de vocês podem ter lido esse material no curso introdutório. E lembrem-se de que ele começa dizendo que existe apenas uma coisa que é incondicionalmente boa.

Ou seja, um Boa vontade . Boa vontade. O foco está na intenção.

Sobre motivação. Sobre caráter. A disposição interior do indivíduo.

E somente a bondade dessa disposição moral interior pode ser considerada boa sem ressalvas. Afinal, nossas inclinações naturais podem ser distorcidas, desviadas ou pervertidas. Nossos desejos podem ser indulgentes.

Entende? Nosso desejo de felicidade não é, em si, algo bom e correto. Ele pode ser mal direcionado.

Então ele faz uma distinção clara entre, por um lado, inclinações. Porque inclinações são voltadas para objetos empíricos. Certo? Uma distinção clara entre inclinações, por um lado, e o senso de dever, por outro.

O senso de dever remete ao princípio a priori. As inclinações visam a satisfações empíricas. E a qualidade moral está implícita no primeiro.

Ele faz a distinção de outra maneira, falando sobre imperativos hipotéticos como distintos de imperativos categóricos. Bem, você sabe a diferença entre uma proposição hipotética e uma proposição categórica.

Uma hipótese é questionável. Se você quer isso, então faça aquilo. Seria uma espécie de silogismo moral hipotético.

Se você quer isso, então faça aquilo. Assim, os imperativos hipotéticos são orientados para fins, resultados, consequências, inclinações e desejos. Certo? E eles não são necessariamente bons.

Por outro lado, os imperativos categóricos não são nada questionáveis. Entende ? Sem ressalvas, o imperativo categórico diz o que é certo. Então, embora ele comece dizendo que a única coisa incondicionalmente boa é agir por vontade própria, ele desenvolve essa noção de imperativo completamente incondicional.

É a boa vontade, sim, de agir por respeito ao dever, não apenas em conformidade com o dever. Kant não está dizendo "cumpra seu dever". Bem, não está dizendo exatamente isso.

Porque ele sabe perfeitamente que você pode cumprir seu dever por um motivo errado. Como, por exemplo, respeitar o limite de velocidade porque tem uma viatura policial seguindo você. Não há nenhuma virtude moral nisso.

Entende ? Mas cumprir o dever por respeito ao dever é o tipo de coisa que ele busca. E então ele desenvolve essa ideia mais a fundo. Chegar a esse ponto, por si só, ele chama de moralidade do senso comum.

Porque, na verdade, é o tipo de realidade comum que muitas pessoas comuns na rua descreveriam imediatamente. Mas ele a desenvolve de uma maneira mais filosófica, tentando articular seu imperativo categórico, que apresenta de três formas. Uma delas é frequentemente chamada de princípio da universalizabilidade.

O segundo é conhecido hoje em dia como o princípio do respeito pelas pessoas . E o terceiro, como a autonomia da vontade, a vontade autônoma. Uma palavra sobre cada um deles.

Universalizabilidade. Que você deve sempre agir de acordo com uma máxima. Uma máxima é uma regra moral.

De acordo com uma máxima que você poderia desejar como uma lei moral universal, aja sempre de acordo com essa máxima, que você poderia desejar como uma lei moral universal. E duas interpretações disso se desenvolveram.

Uma delas é: seria algo que pudesse ser implementado? Ou seja, algo que todas as pessoas reconheceriam como moralmente vinculativo. Universalização. A outra interpretação, mais comum, é que é logicamente possível desejar isso ? Agora, algo que não é logicamente possível de... "Vontade" seria uma autocontradição .

Portanto, se você não pode logicamente desejar que isso se torne uma lei moral universal, é porque acabaria sendo uma lei autocontraditória. Algo que se autodestrói. Se, por exemplo, você está tentando pegar um empréstimo e promete pagá-lo até uma determinada data, sabendo e pretendendo perfeitamente não pagá-lo, você está, na verdade, fazendo isso sem nenhuma intenção de cumprir a promessa.

Ora, a máxima que você está aplicando, se universalizada, seria algo como: todos poderiam, se quisessem, fazer promessas sem interferir nos sentidos. Primeiro, você não está realmente fazendo uma promessa. Você está fazendo uma promessa que não é uma promessa.

Em segundo lugar, você está destruindo toda a instituição da promessa pela lei universal. Não existiria promessa, então seria uma lei autocontraditória. Portanto, o imperativo categórico é formulado dessa maneira.

O problema dessa formulação é que ela fornece um critério negativo, dizendo o que você não pode fazer, em vez de um critério positivo. Um critério negativo em vez de um critério positivo. Agora, Kant, no entanto, passa para uma segunda formulação que hoje é conhecida como respeito pelas pessoas.

A maneira como ele coloca isso é que devemos sempre, e aqui reside a universalização, devemos sempre tratar as pessoas como fins em si mesmas, e não apenas como meios. Nunca trate uma pessoa apenas como um meio. Sempre como um fim.

Agora, ele não está dizendo para tratar as pessoas como meios. Nós fazemos isso o tempo todo. Você está me usando agora para ganhar algum crédito.

E eu estou te usando para ganhar a vida. Sim, ele não está dizendo que isso seja errado. Mas ele está dizendo que, na forma como usamos as pessoas, devemos tratá-las como seres valiosos por si só.

Por quê? Bem, porque são pessoas racionais com vontade moral, como sempre. Sim. Então, é realmente universalizar o que eu peço para mim mesmo: ser respeitado como um ser racional, capaz de tomar decisões morais.

Revertendo isso de forma positiva. Agora, a ênfase no respeito pelas pessoas tem sido muito utilizada, por exemplo, na ética médica e na ética empresarial contemporâneas. Foi desenvolvida na Universidade de Chicago, agora extinta, mas ainda presente.

Existe um princípio assim quando ele diz que, se eu peço respeito pelo meu projeto de vida, então a coerência exige que eu respeite o seu projeto de vida. Por que eu peço respeito pelo meu? Porque sou um ser racional e autônomo. Entende?

Assim, ele defende um princípio de consistência genérica, como ele o chama. O princípio da consistência genérica. PGC, como fica conhecido.

E isso é realmente a universalização do respeito pelas pessoas. Essa é a segunda maneira de expressar o imperativo categórico e, obviamente, tem uma aplicação muito mais positiva. Agora, parece-me que uma das dificuldades com isso é que o que significa respeitar uma pessoa depende muito de como você define uma pessoa.

E se você não se contenta com a suficiência de definir uma pessoa simplesmente como um ser racional, mas acredita que há algo mais na noção de personalidade, então isso precisa ser explicitado. E eu me inclino a argumentar que há mais do que isso. Portanto, essa é uma ética incompleta.

A terceira versão do imperativo categórico envolve sua distinção entre a vontade autônoma e, por outro lado, a vontade heterônima. Ora, uma vontade heterônima é aquela que é regida por outra. Heteronomia.

Governado por outro. Autonomia significa, obviamente, autogoverno. A vontade autônoma é aquela que se autogoverna.

Basicamente, o argumento dele é que o imperativo categórico exige que você aja por sua própria boa vontade. Veja bem, estamos voltando àquela noção. Que seja um ato livre, autodeterminado, agindo por sua própria vontade, em vez de ser governado, impulsionado pelos desejos e expectativas de outras pessoas, seguindo a multidão, conformando-se às pressões sociais, seguindo seus próprios desejos, em vez de agir por livre arbítrio, escravizado por suas próprias inclinações.

Essa é a distinção básica. Não que isso tenha relação com o que ele vem dizendo. Ele foi criticado aqui, na verdade, por esse grau de autonomia, que deveria ser regulamentado.

Assim, Robert Adams, por exemplo, que leciona na UCLA, apresenta uma terceira alternativa que ele chama de vontade teonômica. Uma vontade governada por Deus. Uma vontade teonômica.

Se Kant realmente permitiria isso, ou se era essa a sua intenção, é uma questão muito pertinente. Essa era a lei de Deus. Portanto, pode ser uma direção com a qual ele teria concordado.

Em todo caso, sua intenção principal ao falar da vontade autônoma é retornar à distinção entre agir por respeito voluntário ao dever, em contraposição a simplesmente seguir inclinações e ceder a influências externas. Portanto, esse é o seu imperativo categórico. Ele fala em relação ao respeito pelas pessoas daquilo que chama de reino dos fins.

Ou seja, se você trata as pessoas como fins em si mesmas, em vez de meios, o que você está fazendo é defender que a sociedade deveria ser um reino de fins. Sabe, digamos, um reino de pessoas de igual valor. Essa é a base da sua ênfase nos direitos humanos.

Diante disso, ele propôs o que chamou de Liga das Nações. Foi daí que Woodrow Wilson tirou a ideia, diretamente de Immanuel Kant. Ele escreveu um livro, um pequeno livreto chamado Paz Perpétua, no qual propõe isso.

Que pessoas racionais, veja bem, agindo de boa vontade, devem firmar contratos entre si, acordos contratuais, uma abordagem contratualista. Assim, o respeito pelas pessoas leva à noção do reino dos fins. E em seu livro religioso, que abordaremos adiante, ele se refere a esse reino dos fins simplesmente como o reino de Deus.

Veja bem. Ele vê isso como a noção bíblica do reino de Deus. Muito bem.

Algum comentário ou pergunta até agora? Acho que é bem simples, depois que você vê o que ele está aprontando. David? É. Ele... Veja bem, a única coisa que é boa sem ressalvas é a boa vontade.

Conclui-se, portanto, que a única coisa realmente moralmente válida é um ato realizado por senso de dever. Não cumprir seu dever porque alguém está atrás de você com um mandado de prisão. Não cumprir seu dever simplesmente por um hábito inconsciente.

Entende? E certamente não se esquive do seu dever deixando-se levar por colegas de quarto que querem sair à noite. Não, fique aí e leia Kant.

Por exemplo, Christian ora para que Deus mude meus desejos, de modo que eu queira ser... Ah, ele ficaria muito feliz se seus desejos mudassem. Entende? O ponto dele é que agir por desejo é algo determinístico.

Agora, deixe-me prosseguir com esse ponto. O que ele está argumentando aqui, em sua análise do eu moral, certo, na análise da experiência moral, é que a vontade é livre quando age racionalmente por um senso de dever. Guiada pela razão por um senso de dever.

Por outro lado, se eles quiserem, em vez de... Se o indivíduo não estiver agindo por boa vontade, mas simplesmente fazendo o que quer, estará funcionando no nível empírico, onde os mecanismos de causa e efeito da ciência mecanicista entram em ação. Então, ao simplesmente fazer o que se quer, comer sem pensar se é aquilo que se deveria estar comendo, por exemplo, respondendo de forma impensada e interrompendo o que precisa ser feito, apenas esquentando a comida, o que se está fazendo é agir mais como um animal do que como um ser humano racional. Entende?

Então, ele está tentando sustentar que, se você vive no nível sensual, buscando apenas desejos, inclinações, emoções e sentimentos, você não é livre. Você não está

agindo como um ser humano. Embora os desejos possam não ser ruins, as ações possam não ser ruins; ele está preocupado com a qualidade moral da pessoa.

A única coisa que é boa sem ressalvas é a boa vontade. Ah, você sabe, ele já foi criticado aqui. Claro, ele era prussiano.

Não sei por que isso seria uma crítica. Mas muitos escritores ingleses falam sobre o lado prussiano dele. Ele era solteiro.

Sim. Um solteirão muito disciplinado. Os vizinhos acertavam seus relógios de manhã pelo horário em que ele caminhava pela rua até a universidade.

Esse tipo de indivíduo. Subjacente a isso, creio eu, está a sensação, e suspeito que isso esteja subjacente à sua pergunta, David, de que há algo menos do que plenamente humano na noção de agir por um senso de dever e ignorar o desejo. O desejo dado por Deus.

Talvez um desejo transformado de forma redentora. Sim. Bem, acho que o que se pode dizer em sua defesa é que ele reconhece que temos um desejo natural pela felicidade.

Ele reconhece que esse desejo de felicidade é um dom divino. O problema é que, nesta vida, essas duas coisas não se conciliam. Entende ? Há muitos obstáculos que nos impedem de alcançar a felicidade.

Tanto em nós quanto fora de nós, a tendência de confiarmos automaticamente nos desejos de felicidade. E é isso que alimenta o que você verá mais adiante em termos de consequências. Pete? Sim, ele não está dizendo que sempre fazemos isso.

Ele é muito explícito ao afirmar que existem pessoas que desrespeitam seus deveres, agem de forma contrária e rejeitam a lei moral. Ele está tentando incorporar ao seu pensamento algo do que a teologia aborda em termos de depravação. Resta saber se ele consegue fazê-lo de forma satisfatória.

Sua formação era no pietismo luterano. E Kierkegaard é bastante crítico dele a esse respeito. Não por ser um pietista luterano, quero dizer, mas pelo que Kierkegaard considera uma visão excessivamente otimista da natureza humana.

Tem outra pessoa lá atrás, sim. É, veja bem, essa pergunta implica que ele está simplesmente dizendo: cumpra seu dever. E o que você faz se tiver deveres conflitantes? Mas ele não está apenas dizendo: cumpra seu dever.

Ele está dizendo: aja por senso de dever. Portanto, a resposta dele à sua pergunta seria que, ao escolher entre deveres conflitantes, você escolhe por senso de dever. Você não cumpre o dever que preferiria cumprir.

Você diz que está mais inclinado a fazer isso, que é mais fácil de fazer. Você cumpre o dever que, como um ser racional, decide que é seu dever cumprir. Isso, sim, lhe causa alguns problemas.

Bem, você decide em termos de respeito pelas pessoas . Então, hipoteticamente, ele poderia dizer que se o dever A entra em conflito com o dever B, e ambos são deveres para com as pessoas , qual é o mais essencial para respeitar a pessoa envolvida? Dessa forma, suponho que ele poderia argumentar em termos da ética do bote salva-vidas.

Você sabe o que quero dizer com ética do bote salva-vidas? Situações extremas em que duas pessoas podem se perder e apenas uma pode ser salva. Você se lembra por que o chama de absolutista? Sim, ele é, no sentido de que, bem, sim, muitas vezes é considerado assim, no sentido de que não admite exceções morais. Exceções às regras morais.

Nesse sentido, ele é absolutista quanto à mentira. Não existem mentiras justificáveis. Minha reação inicial à sua pergunta foi recorrer àquela ilustração favorita sobre o que você faria se estivesse em Amsterdã em 1942 e a Gestapo batesse à sua porta procurando pela garota judia que você está escondendo no sótão.

Você diria: você contaria uma mentira, ou o que você faria? Não, acho que, pelo menos de acordo com essa interpretação de Kant, ele diria: não, você nunca deve contar uma mentira. Sim, exatamente. Tivemos uma especialista em Kant aqui no campus em um desses programas de filósofos visitantes alguns anos atrás, Christine Korsgaard, que na época estava na Universidade de Chicago e agora está em Harvard.

E ela argumentou em uma de suas palestras que Kant não era absolutista nesse sentido. Que ele reconstruiria a situação de modo que você não estivesse mentindo. O que você estaria fazendo é respeitar as pessoas e tratar aqueles que as violam de uma maneira que lhes ocultasse a verdade.

Algo nesse sentido. Acho que a questão é: sim, você acha que essa é uma questão sutil, né? Existem duas ou três maneiras clássicas pelas quais os especialistas em ética respondem a esse tipo de pergunta. O que fazer quando os deveres entram em conflito? Uma delas é operar com uma hierarquia de deveres.

E você decide qual delas tem prioridade. Era isso que eu queria dizer quando falei sobre qual é mais essencial no que diz respeito ao respeito pelas pessoas . A outra opção é introduzir regras para reger as exceções às regras morais.

Em outras palavras, você está qualificando a regra moral. Portanto, "você não deve mentir" é apenas uma abreviação para uma regra moral muito mais longa, com todos os tipos de qualificações. Definindo o que você entende por mentira.

Assim como alguns estudiosos do Antigo Testamento dizem sobre o mandamento "Não matarás", lido nesse contexto, ele contém diversas ressalvas. Basta analisar o contexto para perceber.

Não é uma regra geral. É uma regra qualificada. Portanto, é difícil saber exatamente o que Kant faz.

É assim que alguns especialistas em Kant ganham reputação : discutindo como interpretar Kant dessa maneira. Saber qual é o seu senso de dever? Não. Bem, então você não precisa se preocupar em saber.

Se você está agindo por senso de dever , você deve saber que tem um senso de dever. Não, você quer dizer como determinar qual é o seu dever ? Pelo imperativo categórico. Essa é a maneira pela qual você sabe qual é o seu dever .

Você estaria agindo de acordo com uma máxima que poderia ser universalizada? Estaria agindo por respeito às pessoas ? Estaria agindo por vontade própria? É assim que você sabe. É assim que você decide. Não, ele não lhe dá uma lista completa de regras.

Bem, você não quer um manual de regras para a ética. Você precisa tomar decisões morais em casos onde não existem regras, de qualquer forma. É disso que tratam a ética médica e a bioética hoje em dia.

Qualquer coisa? Não, o pensamento moral trata de como os princípios morais mais básicos afetam nossas decisões. Ou, se estivermos tentando formular regras morais que devemos seguir, como formular essas regras morais? A resposta se baseia no imperativo categórico.

Repita isso. Exatamente. Com base no imperativo categórico.

Este aqui, o princípio a priori, é o imperativo categórico. Vamos abordar isso de outra maneira. Alguns de vocês já me viram falar assim antes.

Mas considero útil distinguir entre quatro níveis de discussão ética. Um caso particular. Uma regra de área.

Uma regra que se aplica a uma área de responsabilidade moral, como uma regra contra mentir. Princípios gerais. Ou seja, princípios que se aplicam a todos os tipos de áreas de responsabilidade.

À vida moral como um todo. E então, à base sobre a qual esses princípios se fundamentam. Que seria uma base teológica.

Ou uma base filosófica de algum tipo. Ou uma base metafísica. Ora, no caso de Kant, o princípio é o imperativo categórico.

O imperativo categórico. Ele pode ter uma regra sobre dizer a verdade, que se baseia no imperativo categórico.

Mentir é uma falta de respeito pelas pessoas . Penso que posso enganá-lo, ludibriá-lo e manipulá-lo com minhas mentiras. Isso não é respeito pelas pessoas .

Então, a regra se baseia nisso e é aplicada ao caso. Como saber o que é certo fazer em um caso específico? Bem, normalmente consultamos as regras. Existem algumas regras morais práticas.

Existem certos ensinamentos morais bíblicos explícitos. Existem certos padrões morais da sociedade. Código de ética profissional.

Seja lá o que for. Mas quando você está tentando formular essas regras ou lidar com conflitos entre obrigações morais no nível das regras, você volta ao que o princípio geral exige. Acho que há outra característica que contribui para a discussão ética, e é o que eu chamo de crenças subjacentes.

Crenças subjacentes. Sabe, quando se trata de questões de ética empresarial, suas crenças fundamentais sobre o significado e o propósito do trabalho, da atividade econômica, entram em jogo.

Se você está lidando com questões de ética médica, então sua crença sobre o propósito do tratamento médico entra em jogo. E existe literatura, por exemplo, que, de um ponto de vista cristão, aborda a postura da classe médica de que devemos prolongar a vida humana a todo custo para o paciente. Não apenas os custos econômicos, mas também os custos do sofrimento.

Persistente. Argumentando que, de um ponto de vista cristão, a morte é algo a ser aceito, e não negado indefinidamente.

E que a preservação da vida não é o objetivo supremo. Não é um argumento a favor da eutanásia ativa. Mas é um argumento contra meios extraordinários de prolongar a vida quando, por todos os padrões naturais, a vida está chegando ao fim .

Então, crenças de fundo. Tenho uma pergunta sobre as próprias categorias. Essas categorias A4 são tão objetivas quanto a metafísica ? Sim, veja bem, comecei hoje falando de Kant como um realista moral.

Veja bem, o imperativo categórico, não os chamemos de categorias. Existe apenas um imperativo categórico. Há três maneiras de enunciá-lo.

O imperativo categórico é a maneira dele de distinguir o certo do errado. Entende ? Agora, ele está inventando essa distinção? Não, essa é a maneira dele de reconhecer uma distinção que já existe. Entende ? O certo moral e o errado moral são duas coisas muito diferentes.

Como sabemos qual é qual? Por meio do imperativo categórico. Parece-me estranho que ele seja um realista moral enquanto, em metafísica, acredita no fenomênico. Ah, mas ele disse que seria assim no final da primeira crítica.

Sim, agora leia a última seção da primeira crítica. Você se lembra de onde ele fala sobre crença, crença moral como distinta da crença doutrinária? Agora, por quê? Bem, neste ponto, tudo o que ele está fazendo é falar sobre experiência moral.

Onde ocorre a experiência moral? Na mente, na luta com a obrigação moral em relação aos desejos e inclinações. Em outras palavras, a experiência moral em si não é uma experiência de um mundo espaço-temporal. Entende ? E assim, suas formas e categorias da ciência e da metafísica não se impõem ao nosso pensamento moral.

Entende ? É na nossa vida moral, na vida interior do espírito humano, que se encontra uma porta aberta para a natureza da realidade. É por isso que o idealismo e o romantismo são frutos de Kant. Veja bem, a mudança é uma transição da observação do mundo externo da ciência para o mundo interior da ciência.

Então, essa foi a revolução copernicana dele, não foi? Sim. A revolução copernicana tem implicações de longo alcance. Lembra quando falamos sobre os efeitos de Kant no idealismo do século XIX, no romantismo e em tudo o mais? Bem, você começa a ver isso aqui em termos de ética.

Kant dificilmente pode ser considerado um romântico, mas é frequentemente chamado de idealista ético. Ou seja, alguém que descreve a realidade última em termos éticos, em termos de certo e errado. Um idealista ético.

Então, o Deus de Kant é uma divindade moral. Não seria isso, se todos seguem o princípio APRI, também muito determinista? Tipo, as pessoas serem... Não. Não, o fato de que, no exame e na análise da experiência moral, você descobre, pelo método transcendental, esse imperativo categórico, não significa que todos devam seguir o princípio.

Se existe livre-arbítrio, você pode virar as costas para o princípio. Entende ? E é exatamente isso que algumas pessoas fazem. O que foi que o diabo disse em Paraíso Perdido, de Milton? "Mal, sê o meu bem."

Veja, essa é a má vontade. Isso não é boa vontade, é maldade. Ora, se ele não fosse um indeterminista, entende, se ele não enfatizasse o livre-arbítrio, você estaria certo.

Você seria um determinista. Mas o princípio não é um princípio que determina suas decisões. O princípio é um princípio que a razão pode observar ao guiar a vontade.

Sabe? É, então espere um pouco, por favor. Até agora, a única resposta que podemos dar é que esse tipo de experiência moral é independente das formas e categorias que se aplicam à metafísica. Ok, vamos dar o próximo passo e analisar os corolários.

E você já pode ver como ele lida com a questão da liberdade. A liberdade da vontade é um corolário do dever moral. Ou seja, se dissermos que a moralidade consiste em agir por um senso de dever, então, para que a moralidade faça algum sentido, deve haver a liberdade de agir por um senso de dever, o que significa liberdade da vontade.

Portanto, embora ele não esteja provando o livre-arbítrio, isso é um corolário de sua explicação da experiência moral, da fenomenologia moral. Entende ? Se ele estiver certo sobre essa questão do dever, então segue-se que temos livre-arbítrio. Eu chamo isso de corolário.

Não é uma prova definitiva. Parece estar implícito no que foi dito anteriormente. Mas ele vai além disso.

E se o primeiro é uma espécie de corolário lógico, o segundo são mais postulados aos quais somos levados à luz da ética. Postulados adicionais. Ou seja, a conquista da benevolência, a única coisa intrinsecamente boa, a conquista da benevolência nesta vida, nunca se completa.

Você não alcança a perfeição moral nesta vida. Além disso, existe aquele desejo natural, dado por Deus, pela felicidade, que nunca é plenamente satisfeito nesta vida, enquanto se busca cumprir o dever em detrimento dos próprios desejos.

Portanto, por essas duas razões, deve haver uma continuação desta vida, na qual seu desenvolvimento moral prossegue e é recompensado com a felicidade.

A imortalidade da alma é uma necessidade prática. E o que ele quer dizer com prática é que é necessário usar a razão prática. A razão prática é o pensamento moral.

Ou seja, se o pensamento moral faz algum sentido, é preciso postular, além disso, uma vida após a morte, na qual a busca moral, a busca pelo bem, pela boa vontade, possa ser alcançada. Ademais, se houver uma vida futura na qual isso seja possível, então precisamos postular a existência de um ser moral que garanta a felicidade proporcional à virtude de cada um. Portanto, temos dois postulados moralmente necessários da razão prática .

A imortalidade da alma é de Deus. Ora, o que ele faz em seu livro religioso é explicar essa parte com mais detalhes. Ele a explica com mais detalhes.

E deixe-me dar-lhe um breve resumo disso. O que ele está fazendo é tentar encontrar correlações entre as coisas que descreveu na consciência moral e o conceito de Deus, bem como a atitude religiosa tradicional, a atitude em relação a Deus. Agora, na consciência moral , o que estamos descobrindo é que a razão, por meio do imperativo categórico, legisla, nos diz o que é certo, nos diz o que fazer.

A razão legisla. Sim, veja bem, no correlato, existe a concepção de Deus como o legislador santo e justo, com a atitude religiosa apropriada de reverência e temor, que inclui a obediência. A consciência moral também manifesta uma inclinação natural à felicidade, frequentemente em tensão com o que a razão legisla.

A isso se correlaciona o reconhecimento de que Deus é o bom provedor que abençoa nossa obediência. E a atitude religiosa é, naturalmente, de amor grato. Na consciência moral, assim como na consciência moral em si, existe a experiência da consciência , ou seja, algo que incomoda, que provoca, quando se tem a consciência pesada.

E o correlato aqui é a concepção de um juiz justo que julga o valor moral de uma ação. E, conseqüentemente, a atitude religiosa de respeito, o temor da lei e assim por diante. Ora, é difícil saber exatamente o que ele quer dizer.

Ele está simplesmente dizendo que o Deus cuja existência precisamos postular tem que ser esse tipo de Deus? E que Deus realmente é assim? Sim, estou. E é assim que devemos responder a Ele? É isso que ele está dizendo? Ou ele está dizendo que a concepção de Deus e a vida religiosa são simplesmente uma projeção psicológica da nossa experiência religiosa, da nossa experiência moral? Ora, esta última abordagem, claro, é a adotada pelas interpretações humanistas e naturalistas da religião,

enquanto a primeira interpretação, de que Deus é assim, foi a adotada pelas abordagens religiosas mais tradicionais, com algumas ressalvas. E foi a partir dessa abordagem para falar sobre Deus que se desenvolveram algumas das primeiras correntes da teologia liberal do século XIX.

Porque se a sua teologia é simplesmente uma extensão da sua ética, então você tem um novo método teológico, que não alcança a revelação bíblica. Assim, uma vertente da teologia liberal do século XIX emergiu do pensamento de Kant nesse momento. Aliás, Kant jurou em cartas que escreveu que, se escrevesse sobre a religião cristã, seria acusado de fazê-lo e seria proibido de ensinar ou publicar.

Em sua defesa, ele se defendeu. Ora, para um homem que disse que mentir é sempre errado, seria difícil acreditar que ele tenha dito isso. Mas o debate continua.

Além disso, no livro religioso, ele fala sobre o reino de Deus. Fala sobre Cristo. Cristo, veja bem, representa na religião cristã o ideal de perfeição moral.

O grande exemplo. A morte de Cristo é o exemplo supremo de agir por senso de dever. Não a minha vontade, mas a minha.

Assim, Kant, nesse contexto, deu origem ao que ficou conhecido como a teoria do exemplo da expiação. A teoria do exemplo. O significado da morte de Cristo residia em fornecer um exemplo moral supremo.

E se isso for tudo o que foi dito, então, obviamente, as tradições cristãs ortodoxas irão se opor a Kant. No mínimo, não é suficiente. Agora, se ele pretendia que houvesse mais, é difícil saber.

É certamente claro que o título de seu livro não pretende dizer tudo o que há para dizer sobre religião, mas apenas o que pode ser dito dentro dos limites da razão. Talvez o ponto significativo seja esta conjuntura: enquanto o Iluminismo buscava demonstrar as verdades fundamentais da religião, Kant não tenta fazê-lo.

Esse tipo de prova metafísica não é possível. Mas ele afirma que é racional postular as verdades básicas da religião. Entende? É a coerência racional geral do esquema resultante, que envolve um legislador moral e assim por diante, que o torna tão plausível e racional de se postular.

Portanto, em termos de justificar a crença, teríamos que dizer que Kant é realmente um coerentista em termos da coerência geral da coisa.